



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPUCAIA DO SUL

## **Procedimento Operacional (PO) 02/2025**

Estabelece os procedimentos para utilização de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais pelas/os estudantes nas dependências do IFSUL Câmpus Sapucaia do Sul.

O DIRETOR-GERAL DO CÂMPUS SAPUCAIA DO SUL DO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, estabelece os procedimentos operacionais para a utilização de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nas dependências do IFSUL Câmpus Sapucaia do Sul.

### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 Este procedimento operacional regulamenta em nível de Câmpus a aplicação da Lei Nº 15.100, de 13 de Janeiro de 2025, que dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, em especial telefones celulares, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da Educação Básica.

1.1.1 De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9.394), por Educação Básica entende-se a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (incluso o integrado à formação técnico-profissional).

1.1.2 O Procedimento Operacional (PO) considera também o Parágrafo 14 do art. 53 do Anexo II da Organização Didática do IFSul que estabelece como proibição: “utilizar telefone celular e demais aparelhos eletrônicos que possam prejudicar a aprendizagem em sala de aula, laboratórios, biblioteca e auditório”.

1.1.3 Este procedimento considera também o DOCUMENTO NORTEADOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 15.100/2025, emitido pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) a partir das deliberações da Câmara de Ensino, conforme MEMO/IF-PROEN/N.º6/2025 da PROEN.

1.2 Neste procedimento operacional (PO), o termo espaços de ensino e aprendizagem será usado para todos os espaços escolares nos quais são desenvolvidas atividades pedagógicas sob a orientação de profissionais de educação, em conformidade com a Lei Nº 15.100, de 13 de Janeiro de 2025, tais como salas de aula, laboratórios, espaços esportivos, auditórios, atividades externas orientadas, etc.

1.3 O Câmpus Sapucaia do Sul promoverá periodicamente momentos de reflexão para para a Comunidade Acadêmica em relação aos riscos e prejuízos devido ao uso imoderado de aparelho celular nas relações pessoais e na aprendizagem, assim como suas potencialidades quando usado adequadamente.

## **2. DO USO DE APARELHOS ELETRÔNICOS PORTÁTEIS PESSOAIS**

2.1 Nos termos da Lei Nº 15.100, de 13 de Janeiro de 2025, fica proibido o uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante as aulas, o recreio ou intervalos entre as aulas, para todas as etapas da educação básica.

2.1.1 Excetuam-se desta proibição:

- a) o uso com finalidade pedagógica, autorizado por profissional da educação no momento de sua aula ou atividade sob sua responsabilidade;
- b) o uso para garantia de inclusão e acessibilidade para a/o estudante atendido pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE);
- c) o uso para atender condições de saúde da/o estudante, amparado por atestado médico, devidamente formalizado junto ao Departamento de Ensino.

2.1.2 As situações de estado de perigo, estado de necessidade ou caso de força maior devem ser comunicadas à/ao profissional de educação pela/o estudante, que analisará a justificativa e decidirá sobre a possibilidade de uso do aparelho eletrônico pessoal.

2.2 Caso a/o estudante traga o aparelho celular para o Câmpus, o aparelho deve ficar guardado na mochila ou bolsa em todo período de atividade letiva, iniciado e terminado no turno da aula, ou seja, das 7h30 às 12h15, de 13h30 às 18h15 e das 19h às 22h15.

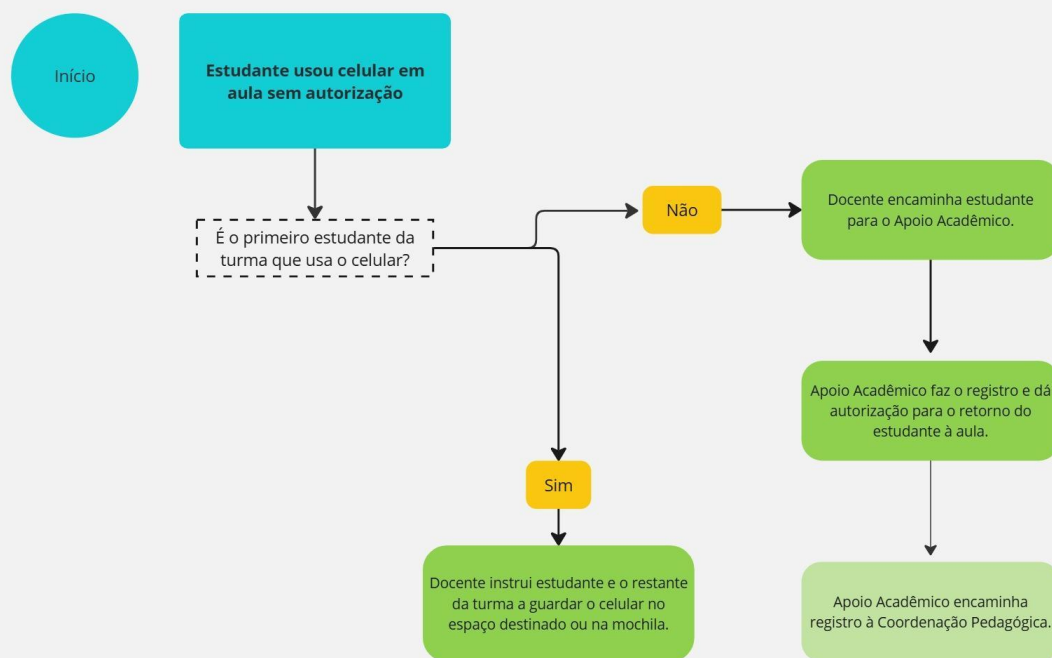
2.2.1 Estudantes presentes no Câmpus fora de seu turno de aula devem seguir as mesmas instruções de guarda do celular previstas no item 2.2.

## **3. DOS PROCEDIMENTOS EM CASO DE DESCUMPRIMENTO**

3.1 A/O profissional da educação, ao perceber um primeiro uso indevido de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais em sala de aula, deve avisar a/o estudante e as/os demais integrantes da turma de que os aparelhos devem estar guardados dentro da mochila ou no espaço reservado para esta finalidade.

3.2 A partir de qualquer uso indevido seguinte em sala de aula, a/o profissional da educação deve conduzir ou encaminhar a/o estudante ao Apoio Acadêmico para demais trâmites. O fluxograma a seguir mostra as etapas a partir do uso indevido:

## Fluxograma de uso do celular no Câmpus



3.3 O/A servidor/a do Apoio Acadêmico fará o registro simplificado da ocorrência em documento próprio que será encaminhado à Coordenação Pedagógica. Após isso, preencherá documento com autorização para retorno à sala de aula que deverá ser entregue pela/o estudante à/ao docente da aula.

3.3.1 A/O estudante somente poderá voltar para a mesma aula naquele dia com autorização escrita, ocasião na qual deve ser readmitido na turma pela/o profissional da educação.

3.4 O atendimento à/ao estudante na primeira ocorrência será pautado pelo diálogo com registro em ata que deve ser inserida na pasta documental do discente no SUAP.

3.5 Em caso de reincidência por parte da/o estudante no mesmo período letivo (ano/semestre):

- A/O estudante, sendo menor de idade, será comunicado pela Coordenação Pedagógica ou Departamento de Ensino que deve comparecer ao Câmpus com seu responsável legal para recebimento de advertência escrita prevista na Organização Didática do IFSul.
- Caso a/o estudante seja maior de idade, será realizada advertência escrita que deve ser assinada pela/o estudante e na falta deste, por 2 servidoras/es.

3.5.1 Em ambos os casos, a penalidade será inserida na pasta documental do discente no SUAP.

3.6 Em caso de terceira ocorrência no mesmo período letivo (ano/semestre), haverá a aplicação da sanção disciplinar de suspensão das atividades letivas ou medidas disciplinares socioeducativas, conforme previsto

na Organização Didática do IFSul, com comunicação formal aos responsáveis quando se tratar de estudante menor de idade.

3.7 Em caso de necessidade, o Câmpus pode solicitar que a/o estudante tenha acompanhamento psicológico que vise diminuir a dependência de telas ou ansiedade decorrente da falta de uso do telefone celular (nomofobia), como condição para a permanência no curso.

#### **4. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

4.1 Este procedimento regulamenta em nível de Câmpus a aplicação Lei Nº 15.100, de 13 de Janeiro de 2025 podendo ser atualizado conforme as diretrizes institucionais e/ou modificações legais

4.2 Deverá ser formada uma Comissão Permanente, com representação da Direção do Câmpus, Coordenações de cursos, Coordenação Pedagógica, servidoras(es) docentes e administrativos, bem como estudantes, nomeados pelo Grêmio Estudantil, para promover a reflexão sobre a Lei Nº 15.100, de 13 de Janeiro de 2025 e sua aplicação no Câmpus.

4.3 Os casos de uso de celular pelas/os estudantes do Curso de Administração EJA-EPT serão tratados como caso de necessidade, previsto na lei, até que haja regulamentação específica para a modalidade devido às características e necessidades do público do curso.

4.3 O Departamento de Ensino fica responsável por monitorar a execução deste procedimento e propor alterações à medida que se façam necessárias.

4.4 Casos omissos a este Procedimento Operacional serão analisados pela Coordenação Pedagógica e pelo Departamento de Ensino.

4.5 Este procedimento entra em vigência dia 25 de fevereiro de 2025.

Sapucaia do Sul, 23 de fevereiro de 2025.

Fabio Roberto Moraes Lemes

Diretor Geral

IFSUL Câmpus Sapucaia do Sul